

## Reunião do Conselho de Ministros da CPLP em Nova Iorque

### Comunicado Final

Realizou-se em Nova Iorque, nas instalações das Nações Unidas, no dia 26 de Setembro de 1996, durante um almoço de trabalho, a reunião do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP.

Contou com a presença dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, do Secretário Executivo da CPLP, do Embaixador António Monteiro e dos Representantes Permanentes na ONU dos sete países membros.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, anfitrião do almoço, proferiu palavras de boas vindas.

O Presidente do Conselho de Ministros, Dr. Jaime Gama, assumiu em seguida a direcção da reunião, fazendo aprovar a seguinte ordem de trabalhos:

1. O Coordenador do Comité de Concertação Permanente informa os Ministros das conclusões desta segunda reunião e apresenta os projectos de Regimentos internos dos vários órgãos da CPLP – incluindo o do Fundo Especial - e o Orçamento inicial de funcionamento e de investimento.
2. Os Ministros deliberam sobre a aprovação dos Regimentos.
3. Os Ministros deliberam sobre a aprovação do Orçamento.
4. O Secretário Executivo apresenta aos Ministros as suas linhas programáticas de acção.
5. Discussão livre dos ministros sobre temas passíveis de eventual concertação político-diplomática.
6. Diversos.

Passou em seguida a palavra ao Coordenador que fez a apresentação dos Regimentos dos vários órgãos da CPLP e do Orçamento relativo a 96/97.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique expressou dúvidas quanto a alguns aspectos dos Regimentos apresentados e invocou a diferença do papel actual do Comité de Concertação Permanente relativamente às competências que desempenhou na institucionalização da própria CPLP, acentuando que cabia agora ao Secretariado Executivo o papel condutor da acção da CPLP. Ao Comité de Concertação Permanente caberia, sobretudo, uma função co-adjutora e fiscalizadora das actividades do Secretariado Executivo. Estas opiniões foram secundadas pelas restantes delegações.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, subscrevendo as observações do Ministro de Moçambique, lembrou no entanto a importância do trabalho do Comité de Concertação Permanente, cuja actividade ao longo do ano poderia permitir a troca de informação entre organismos e Estados, sem no entanto deter capacidade de implementação de programas. Caso isso não acontecesse, tal informação seria apenas partilhada por Angola, São Tomé e Príncipe e Portugal, tendo em conta a constituição do Secretariado Executivo.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe sublinhou a necessidade de não haver uma sobreposição de poderes do Comité de Concertação Permanente relativamente ao Conselho de Ministros e disse estar de acordo com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal quanto ao entendimento de que o Comité de Concertação Permanente não deverá deter capacidade executiva.

O Embaixador António Monteiro, fazendo um ponto de ordem, recordou estarem em causa matérias previamente aprovadas pelos próprios Ministros e pela Conferência de Chefes de Estado, que não poderiam agora ser alvo de modificação, sem prejuízo de as mesmas poderem vir a ser alteradas na próxima Conferência de Chefes de Estado.

Lembrou as partes relevantes dos Estatutos da CPLP, dizendo que os documentos em apreço seriam alterados segundo as indicações dos Ministros, em tudo o que não contrariasse os referidos Estatutos; o Conselho aprovou, com essa ressalva, os referidos Regimentos, autorizando o Presidente do Conselho a assiná-los, posteriormente, depois de emendados. O Conselho de Ministros resolveu também que as Resoluções de aprovação dos Regimentos, bem como do Orçamento, fossem individualizadas para serem também posteriormente assinadas pelo Presidente do Conselho de Ministros.

Relativamente ao orçamento apresentado, o Embaixador António Monteiro recordou que o mesmo era provisório, dada a existência de despesas neste primeiro ano que não voltariam a existir no futuro e que novo projecto de orçamento seria apresentado pelo Secretário Executivo no decorrer da próxima reunião do Conselho de Ministros, no Brasil.

O Ministro Jaime Gama reafirmou que Portugal assumiria os encargos relativos à aquisição da sede e à instalação e equipamento do Secretariado Executivo.

Ainda quanto ao orçamento e sob proposta do Ministro português, o Conselho concordou em atribuir os décimos terceiro e décimo quarto mês de vencimento ao Secretário Executivo e ao Secretário Executivo Adjunto da CPLP.

Foi também aprovado pelo Conselho que a quota fixa anual dos Estados membros será de 30 mil dólares. Portugal e o Brasil disponibilizaram contribuições suplementares, de cerca de 100 mil dólares cada, para fazer face ao déficit de funcionamento, ficando o saldo remanescente a cargo de outros países, nomeadamente Angola. Portugal e Brasil anunciaram contribuições voluntárias para o Fundo Especial no valor de um milhão de dólares cada.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil anunciou que a próxima reunião do Conselho de Ministros teria lugar em Salvador, dado o simbolismo de ter sido a primeira capital do Brasil e propôs a segunda quinzena de Julho de 1997 para a sua realização, o que foi aceite.

O Secretário Executivo da CPLP fez em seguida uma exposição sobre as tarefas que se propõe executar durante o seu mandato, que consta do anexo I.

Apresentou igualmente um plano de trabalhos que consta do anexo II.

Os Ministros concordaram com as linhas gerais do programa de actividades apresentado, saudando o Secretário Executivo pelo esforço realizado, não obstante o curto espaço de tempo que decorreu desde o início da sua entrada em funções.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal usou em seguida da palavra para sublinhar a importância do alargamento ao Brasil de iniciativas que já existem entre Portugal e os Cinco a diversos níveis, e abrangendo diversas instituições públicas e privadas. Considerou também importante que o "chapéu" da CPLP fosse dado ao maior número de iniciativas possíveis. Os Ministros consideraram como prioritário a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, tendo o Ministro português indicado que da parte de Portugal foi já constituída uma comissão interministerial (Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Cultura e Ministério da Educação) para preparar a participação portuguesa no referido Instituto, apelando aos seus homólogos que designassem também os seus representantes para esse fim.

Foi também mencionada a possibilidade de a RTPi funcionar como canal educacional em articulação com o Instituto.

O Presidente do Conselho de Ministros sublinhou a importância da realização, a curto prazo, de um encontro dos responsáveis da Cooperação dos Sete com a Secretário Executivo da CPLP para uma análise dos programas e actividades que deveriam ser implementados, conjuntamente, entre os países membros da Comunidade. Os Ministros concordaram com esta iniciativa.

O Presidente do Conselho de Ministros chamou em seguida a atenção para a importância da realização de Eventos culturais e lúdicos para a divulgação da imagem da CPLP junto das populações dos países membros, concordando o Conselho na organização de futuras competições desportivas, nomeadamente torneios de futebol, e de outros eventos como festivais de música e o concurso Miss CPLP.

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores mostraram-se de acordo com as ideias apresentadas, tendo em seguida o Presidente do Conselho de Ministros encerrado o encontro, agradecendo aos presentes o seu valioso contributo para a boa prossecução dos trabalhos.